UNIVERSIDADE SÃO JUDAS TADEU

MARIA LUIZA DA COSTA OLIVEIRA

O PAPEL DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

SÃO PAULO

2022

MARIA LUIZA DA COSTA OLIVEIRA

O PAPEL DO ORÇAMENTO PÚBLICO NO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade São Judas Tadeu, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Ana Carolina de Araújo Marson

SÃO PAULO

2022

RESUMO

A presente pesquisa se dedica a relacionar a consolidação do processo de financeirização e o estrangulamento das políticas públicas no Brasil, sobretudo nos setores de saúde e educação. Para tanto, em princípio, será descrito o conceito do fenômeno da financeirização do capitalismo contemporâneo e como o Brasil é incorporado a este processo ao longo dos anos 1990, sem deixar de mencionar o percurso histórico decorrido pelo país e as condições exógenas que o levaram a esta transformação. O estudo conclui que o tamanho da dívida interna impõe travas ao gasto público nos setores de saúde e educação ao passo em que dá espaço para as grandes corporações auferirem lucros expressivos com a demanda não atendida pelo Estado, contrariando os direitos garantidos pela Constituição Cidadã, de 1988.

Palavras-chave: Financeirização, Orçamento Público, Dívida Pública, Políticas Sociais.

ABSTRACT

The present research is dedicated to associate the consolidation of the financialisation process and the tightness of public politics in Brazil, especially in the health and education sectors. Therefore, at first, it will be discussed the concept of the phenomenon of financialisation in contemporary capitalism, and how Brazil is absorbed by this process through 1990 decade, detailing the historical path and external conditions that led the country towards this transformation. The study concludes that the size of internal debt obstructs the public spending in health and education while gives opportunity to high profits for many corporations of the area by the unrequited demand from the government, contradicting the Brazilian Constitution, proclaimed in 1988.

Keywords: Financialisation, Public Budget, Internal Debt, Social Policies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO……6

2 O QUE É FINANCEIRIZAÇÃO…….8

3 O INÍCIO DO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL……...15

4 O APROFUNDAMENTO DO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DURANTE O PLANO REAL……..20

5 O ORÇAMENTO APÓS 1990 E O ESTRANGULAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS……...24

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS……32

REFERÊNCIAS……...33

1 INTRODUÇÃO

A fase do capitalismo em que prevalecem as expectativas e o interesse de grupos financeiros que controlam, em sua maioria, os lucros auferidos pela produção industrial/comercial é denominada financeirização. É a partir da valorização das ações da empresa, que por sua vez detém uma cadeia de outras filiais, em conjunto com a reaplicação desses lucros no mercado financeiro que a acumulação capitalista encontra tração e se reinventa nos séculos XX e XXI. Nas economias sul-americanas, e em especial a brasileira, a transformação do capitalismo industrial para o financeiro é marcada pela dependência dos países centrais pois é através do endividamento externo que as forças produtivas se modernizaram entre os anos 1967 e 1979 (Milagre Econômico e Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento), resultando em inflação descontrolada na década vindoura. Neste período a emissão de títulos indexados à inflação e a reforma bancária conferiram ao Estado um papel de garantidor e avalista do capital financeiro, de modo que a acumulação capitalista estivesse estritamente ligada à presença estatal. No escopo desta pesquisa será avaliado um período posterior, que sucede a estabilização da moeda, pois foi a partir do endividamento público que o processo de financeirização no Brasil se aprofundou e foi perpetuado pelo endividamento das famílias na gestões seguintes, reduzindo o espaço do orçamento público para o investimento direto em políticas públicas.

O tema possui relevância pois muito se diz a respeito da ineficiência dos aparelhos estatais, justificando o seu estrangulamento a qualquer custo. Segundo este argumento, a iniciativa privada, é mais apropriada para fornecer bens e serviços de qualidade do que o Estado, pois é regida pela competição dos mercados, produzindo inovações e melhores produtos. Além disso, há o argumento de que a qualidade dos bens e serviços públicos não correspondem ao montante de impostos arrecadados, sugerindo uma má gestão de recursos, propondo assim uma condução austera dos gastos. De fato, observa-se na distribuição do orçamento público uma má gestão dos recursos, no entanto, não por se gastar excessivamente com as demandas da nação, mas sim pelo fato de que metade do orçamento público é obstruído por despesas financeiras, concentrando renda e penalizando os mais pobres. A pesquisa será norteada pelo levantamento de dados históricos relevantes à construção da financeirização da economia brasileira. Tais fatos serão interpretados à luz de autores como Vladmir Ilich Lênin, David Harvey e François Chesnais que estudaram a gênese do processo

no capitalismo contemporâneo global, bem como Tatiana Brettas, Márcio Pochmann e Leda Paulani, que se debruçaram sobre as particularidades da constituição do capital financeiro no Brasil, levando em consideração as agruras de uma economia agro-exportadora latino-americana.

2 O QUE É FINANCEIRIZAÇÃO

O termo “finança” surgiu do francês medieval *finance*, no século XIII, que significa a quitação ou liquidação de um débito. A palavra deriva do latim *finis* que denota fim, limite ou fronteira. Na era moderna pós-industrial (1820), a palavra passou a ser empregada como sinônimo de gestão do dinheiro e ciência dos negócios monetários (FINANCE, 2022). Observa-se assim que, desde a sua origem, a palavra está vinculada ao fornecimento de crédito e ao endividamento, bem como os fluxos monetários que materializam essas relações.

No mundo contemporâneo há uma configuração específica do capitalismo em que o capital portador de juros é o protagonista das relações econômicas e sociais (CHESNAIS, 2005, p. 35). Isto é, um contexto em que o crédito e a dívida constituem importância fundamental nas dinâmicas capitalistas, pois toda aplicação financeira é, na verdade, um empréstimo tomado por uma instituição financeira a ser pago ao aplicante no futuro, acrescido de juros. Igualmente, estas mesmas instituições financeiras realizam empréstimos às famílias e às empresas, que também serão pagos no futuro, acrescido de juros. Logo, concentra-se no mercado financeiro, isto é, bancos, corretoras e bolsas de valores, o fornecimento de crédito (o capital monetário, como veremos à frente) e a aquisição de crédito de terceiros, bem como a sua gestão patrimonial. Neste mercado, o capital portador de juros é a mercadoria (MARX, 2017, p. 386). Dessa forma, levando em consideração a etimologia da palavra e as definições extraídas a partir dos estudos de Marx e de seu contemporâneo François Chesnais, é plausível interpretar inicialmente que a financeirização consiste na centralidade das relações de crédito, isto é, do capital portador de juros, nas relações capitalistas.

A teoria marxista fornece um manancial teórico que permite interpretar o fenômeno da financeirização com significativa abrangência, principalmente se combinado com outros autores posteriores, que puderam ressignificar o seu pensamento com o tempo. Ela aborda de maneira bastante holística a importância do sistema de crédito na economia capitalista e como as instituições financeiras se fortalecem em função das contradições inerentes ao próprio sistema. No entanto, antes de abordar a dimensão financeira do capital, vale discutir, a priori, o que é capital e quais suas principais formas de manifestação.

Para Marx, capital é toda soma de dinheiro que possui o potencial de expansão, isto é, obtenção de lucro. O lucro provém essencialmente da obtenção de mais-valor ocorrida na esfera industrial, quando o capitalista se apropria de uma parcela do salário do trabalhador,

constituindo um sistema de acumulação assentado na exploração do trabalho (SOTO, MELLO, 2021, p.71). Trata-se de um movimento no qual o dinheiro se transforma em mercadorias (matéria-prima, mão de obra, maquinário), tais fatores de produção se encontram no ato da produção industrial, um excedente de mercadorias é gerado pelos trabalhadores e apropriado pelo capitalista e, por fim, comercializado no mercado, produzindo lucro. Esse conceito é sintetizado pela fórmula geral do capital: D - M - P - M' - D', onde M' e D' representam o seu valor inicial acrescido de um excedente, o mais-valor (TEIXEIRA, GOMES, p. 58. 2021). Neste fluxo, Marx denomina a primeira variável (D) como o capital monetário, que é o montante de dinheiro requerido para a expansão da estrutura produtiva (MARX, 2017, p. 311), assumindo um papel exclusivo de meio de pagamento e meio de circulação para a aquisição dos meios de produção, (-M). Na etapa (P), cria-se o excedente de valor através da mão de obra trabalhadora, denominado de capital-produtivo. Na última etapa (M' - D') o capital se transforma em capital-mercadoria e o seu valor se realiza através da sua comercialização no mercado, que confere ao capitalista uma taxa de lucro proveniente da exploração do trabalho (TEIXEIRA, GOMES, 2021, p. 60). Em síntese, o capital se valoriza através das metamorfoses ocorridas no interior do seu processo de circulação, produzindo o lucro essencialmente via mais-valor.

Conforme mencionado anteriormente, o capital monetário (D) desembolsado para iniciar um empreendimento é majoritariamente originário de empréstimos tomados de instituições financeiras (SOTO, MELLO, 2021, p.71). Logo, segundo Marx, o sistema de crédito é fundamental para viabilizar as relações capitalistas através do endividamento, fortalecendo, sobretudo, os bancos, qualificando-os como os administradores gerais do capital monetário. No livro III d'O Capital, Marx discorre:

> (...) vimos como vão se concentrando nas mãos dos banqueiros os depósitos dos fundos de reservas dos homens de negócios, as operações técnicas de cobrança e desembolsos de dinheiro, de pagamentos internacionais e, assim, do comércio de ouro e prata. Conjuntamente com esse comércio de dinheiro desenvolve-se o outro lado do sistema de crédito: a administração do capital portador de juros ou do capital monetário como função especial dos negociantes de dinheiro (MARX, 2017, p. 454).

No decorrer deste trecho, o autor chama a atenção para concentração, em grandes massas, do capital monetário emprestável (*loanable*) nas mãos das instituições financeiras. É

preciso ressaltar que o juro também é fruto de mais-valor, uma vez que a origem do lucro está na esfera produtiva. A indústria paga o empréstimo ao banco com o lucro obtido na produção, originado através da mais-valia. Logo, é ilusório e altamente fetichista compreender a capacidade de multiplicação do dinheiro como natural, assim como uma laranjeira dá laranjas (MARX, 1984, p. 294).

O dinheiro se torna capital uma vez em que deixa de ser soma de valor para se transformar num valor que valoriza a si mesmo, produzindo um lucro essencialmente originado através de uma quantidade de trabalho não pago na esfera produtiva, denominada mais-valor. Além disso, incorpora ao dinheiro um valor de uso adicional que é aquele de poder funcionar como capital. (MARX, 2017, p. 385). Logo, para o autor o lucro obtido através do juro é produto da extração de mais-valor do trabalho realizado na esfera industrial e comercial, conforme segue:

> "O possuidor do dinheiro, que quer valorizá-lo como capital portador de juros, aliena-o a um terceiro, lança-o na circulação, converte-o em mercadoria como capital; e não só como capital para ele mesmo, mas também para os outros; ele não é capital apenas para quem o aliena, mas é transferido desde o início a um terceiro como capital, como valor que possui o valor de uso de criar mais-valor, lucro. (...) (MARX, 2017, p.)

O conceito de financeirização também está ligado à abolição da livre-concorrência através da formação de cartéis e trustes, bem como o engendramento do capital bancário e o capital industrial, conforme contribui Rudolf Hilferding, em sua obra Capital Financeiro: um estudo sobre a fase mais recente do capitalismo (HILFERDING, 1984, p. 27). Para ele, o surgimento das sociedades anônimas, as S.A's, não significa a democratização da propriedade capitalista, mas promove, pelo contrário, a concentração ainda maior das decisões da empresa na mão de poucos capitalistas (HILFERDING, 1984, p. 121-125; 131). Para o autor, isso ocorre por muitos motivos, dentre eles, o fato de que uma S.A. pode ser dona de várias outras, constituindo uma cadeia de propriedade que potencializa a concentração do capital nas mãos dos mesmos capitalistas. Além disso, a repartição do capital da empresa em ações negociadas em bolsa de valores constitui uma mudança significativa na ideia de propriedade, pois quem antes era dono do meio de produção, agora é dono de títulos que lhes confere um rendimento extraído dos meios de produção. Trata-se da conversão da propriedade capitalista

em ações, isto é, a unidade do capital industrial e monetário, uma vez que esta pode ser convertida em dinheiro a qualquer momento num ambiente de bolsa de valores. (SILVA, B., 2017, p. 11).

Vladmir Ilitch Lênin reinterpretou os estudos de Hilferding compreendendo que a formação dos monopólios é, na verdade, consequência da livre concorrência, pois a primazia da grande produção elevam a concentração do capital cujo clímax se dá no surgimento do monopólio (SOARES, p.250, 2021). As consequências disso, segundo o pensamento leninista, são descritas abaixo a partir de Hermann Levy, citado em "Imperialismo, etapa superior do capitalismo":

> "(...) cada nova empresa que queira se manter no nível das empresas gigantes criadas pela concentração representa um aumento tão grande na oferta de mercadorias que sua venda lucrativa só é possível com a condição de um aumento extraordinário na procura, pois, caso contrário, essa abundância de produtos faz baixar os preços a um nível desvantajoso para a nova fábrica e para as associações monopolistas (...)" (LENIN *apud.* LEVY, 2021, p. 39)

Logo, a monopolização surge a posteriori da condição fundamental do sistema capitalista: a livre concorrência. Em Lênin, entre as décadas de 1860 e 1870, a livre concorrência atinge seu mais alto nível de desenvolvimento, caracterizando a fase concorrencial do capitalismo. Após a crise de 1873, os cartéis se fortalecem, no entanto ainda se apresentam de modo irrisório, tratando-se da fase monopolista do capitalismo. Após a crise de 1900 a 1903, os cartéis passam a ser base de toda a vida econômica, constituindo a fase imperialista ou financeira do capitalismo (LÊNIN, 2021, p. 40).

O estudo leninista também destaca o volume da exportação de capital para o exterior como uma nova alternativa de altos rendimentos para os países do centro capitalista. Para o autor, o movimento de capital em direção aos países atrasados fornece altas taxas de lucro "pois o capital é escasso, o preço da terra e os salários são relativamente baixos e as matérias primas são baratas" (LÊNIN, 2021, p 86).

Temos até aqui que, a financeirização representa, ao mesmo tempo, a fusão do capital industrial com o capital monetário, dando origem ao capital financeiro. Este, por sua vez, se autonomiza na forma de capital portador de juros e se torna a mercadoria mais rentável do mercado. Somado a isto, há a formação de monopólios, cartéis e trustes, como consequência do desenvolvimento da livre concorrência. Essa correlação de forças atribui um papel central

às instituições financeiras, as genuínas dirigentes destes monopólios, cartéis e trustes, ao gerenciar o capital financeiro e pulverizar suas participações através da aquisição de ações de diversos setores da economia. Além disso, outro sustentáculo deste processo é a exportação de capitais que acrescenta uma lucratividade extra aos rendimentos concentrados nos países centrais.

É importante destacar que, até aqui, foi utilizado um referencial teórico de um outro tempo, mais especificamente, 1917, que é o ano de publicação da obra mais recente discutida até o momento. Faz-se necessário, portanto, mobilizar uma literatura mais próxima do tempo atual, que também é fruto destes mesmos autores que nortearam o presente estudo.

François Chesnais, friza em sua obra que o capital financeiro ocupa este lugar de protagonismo na economia contemporânea pelo fato de que os estados mais poderosos decidiram liberar o movimento dos capitais, desregulamentado e desbloqueando os seus sistemas financeiros (CHESNAIS, 2008, p. 35). O autor prossegue:

> "Foi igualmente preciso que (os sistemas financeiros) recorressem a políticas que favorecessem e facilitassem a centralização dos fundos líquidos não reinvestidos das empresas e das poupanças das famílias. Nos termos dessas transformações, instituições especializadas, tornaram-se (...) as proprietárias dos grupos: proprietários-acionistas de um tipo particular que têm estratégia inteiramente submetida à maximização de uma nova grandeza, o mercado acionário."

Em 2011, o ETH (Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica) contribuiu para a mensuração do poder das grandes corporações ao divulgar a pesquisa nomeada "*The Network of Global Corporate Control*" (A Rede de Controle Corporativo Global). Trata-se de um denso levantamento estatístico que mapeou como as 43 mil corporações mais importantes do banco de dados Orbis 2007 se relacionavam, de acordo com seu peso econômico, sua rede de conexões, os fluxos financeiros e em que empresas têm participações que permitem controle indireto (DOWBOR, 2. ed., 2018, p. 41). Observou-se uma estrutura de controle de mercado cujos componentes são grupos de empresas que detêm outros grupos de empresas e assim por diante, impactando a competição de mercado mundial e a estabilidade financeira (VITALI, S., GLATTFELDER, J. B ., BATTISTON, S., 2011, p.1). A pesquisa revela a dimensão da concentração de poder contido num núcleo de 147 empresas, onde ¾ pertencem ao setor financeiro. Abaixo, um recorte da tabela "*Top 50 control-holders*" (VITALI, S., GLATTFELDER, J. B ., BATTISTON, S., 2011, p.33), a qual reúne, por ordem de "poder econômico", os conglomerados financeiros dominantes da atualidade.

Tabela 1 – Top 30 corporações, ordenadas por nível de poder corporativo

Rank	Economic actor name	Country	NACE code
1	BARCLAYS PLC	GB	6512
2	CAPITAL GROUP COMPANIES INC, THE	US	6713
3	FMR CORP	US	6713
4	AXA	FR	6712
5	STATE STREET CORPORATION	US	6713
6	JPMORGAN CHASE & CO.	US	6512
7	LEGAL & GENERAL GROUP PLC	GB	6603
8	VANGUARD GROUP, INC., THE	US	7415
9	UBS AG	CH	6512
10	MERRILL LYNCH & CO., INC.	US	6712
11	WELLINGTON MANAGEMENT CO. L.L.P.	US	6713
12	DEUTSCHE BANK AG	DE	6512
13	FRANKLIN RESOURCES, INC	US	6512
14	CREDIT SUISSE GROUP	CH	6512
15	WALTON ENTERPRISES LLC	US	2923
16	BANK OF NEW YORK MELLON CORP	US	6512
17	NATIXIS	FR	6512
18	GOLDMAN SACHS GROUP, INC. THE	US	6712
19	T. ROWE PRICE GROUP, INC	US	6713
20	LEGG MASON, INC.	US	6712
21	MORGAN STANLEY	US	6712
22	MITSUBISHI UFJ FINANCIAL GROUP, INC	JP	6512
23	NORTHERN TRUST CORPORATION	US	6512
24	SOCIETE GENERALE	FR	6512
25	BANK OF AMERICA CORPORATION	US	6512
26	LLOYDS TSB GROUP PLC	GB	6512
27	INVESCO PLC	GB	6523
28	ALLIANZ SE	DE	7415
29	TIAA	US	6601

30	OLD MUTUAL PUBLIC LIMITED COMPANY	GB	6601

Fonte: VITALI, S., GLATTFELDER, J. B ., BATTISTON, S., 2011, p.33

Os autores da pesquisa chamam a atenção para o sentido weberiano atribuído ao termo poder, que é a probabilidade que um agente é capaz de impor o seu desejo à revelia dos demais agentes (VITALI, S., GLATTFELDER, J. B ., BATTISTON, S., 2011, p. 31). Dessa forma, não se trata apenas das 30 corporações mais influentes do período, mas sim aquelas que estão por trás das tomadas de decisão que mais têm impacto sobre a conjuntura econômica planetária.

Este levantamento estatístico é inteiramente representativo da teoria que foi apresentada neste texto. Os ocupantes do ranking de maiores empresas do capitalismo contemporâneo pertencem ao ramo financeiro, possuem origem em países centrais e são donas, simultaneamente, de toda a produção global, uma vez que possuem participações acionárias pulverizadas entre diversos setores da economia.

3 O INÍCIO DO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO NO BRASIL

Conforme discutido até o momento, a financeirização é resultado da evolução[1] das relações capitalistas e, portanto, dos preceitos neoliberais que objetivam, sobretudo, a maximização do lucro. Nesta configuração, esse objetivo é materializado a partir do capital portador de juros, que permite a obtenção de um rendimento autônomo pelo capitalista, desprovido de custos de produção, originado exclusivamente por meio da rolagem de juros sobre uma aplicação financeira. Para compreender este fenômeno especificamente no Brasil, serão revisitados os eventos que contribuíram para a sua origem, situando-o na sua condição de economia periférica, característica comum aos demais países da América Latina.

No período em que a mundialização das finanças foi consolidada, a priori a partir da adoção de taxas de câmbio flutuantes com o fim do acordo de Bretton Woods (entre 1979 e 1981), as economias ao redor do mundo passam a ser subservientes às práticas norte-americanas, em razão da posição do dólar, enquanto moeda de negociação internacional, e também em função do peso dos seus mercados de obrigações e ações (CHESNAIS, 2005, p. 45). É neste contexto que a definição de divisão internacional do trabalho emerge: a periferia do capitalismo passa a se submeter à uma potência concentradora do poder político-militar, tecnológico e financeiro (POCHMANN, 2011, p .4). O Brasil por sua vez, enquanto parte desta periferia, teve de recorrer ao financiamento em dólar para ser inserido na economia internacional ao longo da década de 1970. No entanto, após sucessivos choques externos, a dívida contraída em dólar desestruturou profundamente a economia brasileira e conduziu o país à hiperinflação (LACERDA, 2018, p.136). Destaca-se ainda que não se trata de um processo isolado no Brasil, mas sim, latino-americano, conforme demonstra a Tabela 2. Todos os países listados na tabela enfrentaram índices de preços de dois dígitos na década de 1980 e a maioria registrou tendência de arrefecimento da atividade econômica.

[1] Para o termo evolução, é importante destacar que este não está sendo empregado no sentido qualitativo, mas sim busca chamar a atenção para as etapas de transformação do sistema que culminam implacavelmente na sua autodestruição.

Tabela 2 - América Latina: PIB per capita e inflação nos anos 1980 - países selecionados (variação percentual)

	PIB per capita		Inflação	
	1985/89	1989	1985/89	1989
Argentina	-2,2	-6,1	468,7	4928,6
Brasil	2,4	1,5	489,4	2337,6
Bolívia	-1,9	-0,4	192,8	16,6
Chile	4	7,6	19,8	21,4
Colômbia	2,6	1,4	24,5	26,1
México	0,7	-1,4	73,8	19,7
Peru	-2,8	-13,1	443,2	2775,3
Venezuela	-1,2	-10,4	32,5	81

Fonte: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Pesquisa e Planejamento Econômico, 1991, p. 7.

O destaque será dado ao caso brasileiro, no entanto, é importante ressaltar que as crises econômicas da América Latina estão direta ou indiretamente vinculadas às crises cambiais, isto é, ausência de dólares para importar, principalmente, produtos manufaturados, configurando a chamada deterioração dos meios de troca. Está posto, portanto, que há uma estreita relação de dependência entre os países emergentes e os Estados Unidos, tanto para se inserir na economia mundial, quanto para manter a estabilidade da própria moeda, a qual é refém constante da volatilidade do mercado de câmbio internacional. Suzanne de Brunhoff, a partir da sua análise contida em *A hora do mercado: crítica do liberalismo*, demonstra que a liberalização do capital-dinheiro produziu uma centralização financeira monetária operada pelo dólar, afetando a capacidade de pagamento dos países endividados e tornando-os particularmente vulneráveis (BRUNHOFF, 1991, p. 165).

Para entender a trajetória do endividamento externo, é preciso iniciar a análise no período entre 1967 e 1968, onde as reservas internacionais brasileiras não eram capazes sequer de cobrir um mês de importações e as reservas líquidas estavam negativas. Visto que considera-se seguro um nível de reservas que possam garantir o custeio de, no mínimo, três meses de importações, o Brasil optou pela contratação de empréstimos do exterior para assegurar um bom nível de divisas. Com isso, a partir de 1968 até 1973, o crescimento das

reservas chegou a dois terços do endividamento externo de longo e médio prazo. Já em 1973, a relação entre reservas líquidas e importações, atingiu 100%, significando que as reservas eram suficientes para cobrir um ano de importações. É como tomar um empréstimo junto ao banco para guardar em poupança: neste caso, o juro pago pela poupança (aplicações das reservas) é equivalente ao juro do empréstimo tomado (do exterior), no entanto este custo tenderia a aumentar à medida que o montante da dívida crescia (LACERDA, 2018, p. 137).

Nos anos que se sucederam, 1974 e 1977, a dívida aumentou significativamente para cobrir os déficits da conta de transações correntes, sobretudo em virtude do primeiro choque do petróleo, saltando de US$6,9 bilhões, em 1973[2] para US$31,9 bilhões em 1978. Neste ano, 60% dos empréstimos captados no exterior pertenciam ao setor público, contra 40% do setor privado. Com o novo choque do petróleo, em 1979[3], e a disparada dos juros internacionais em 1980, a situação das contas externas brasileiras tornou-se gravíssima, constituindo a crise fiscal do Estado (LACERDA, 2018, p 136-139). Estes dados são trazidos com o objetivo de lançar luz à relação de estreita dependência entre o Brasil e a moeda norte-americana, que é o principal instrumento de dominação geopolítica global do seu emissor.

Além disso, a escalada da inflação no Brasil impulsionou fortemente a especulação financeira por meio dos títulos públicos indexados ao índice de preços. Entre os anos de 1981 e 1983, as grandes empresas brasileiras registraram lucros financeiros superiores aos lucros operacionais, mesmo se situada num contexto recessivo. Foi assim que os títulos da dívida pública brasileira, originalmente criados para gerenciar a liquidez da economia, se tornaram ativos valiosos para os mercados, pois tinham risco nulo e eram protegidos contra a inflação. (LACERDA, 2018, p. 142). No entanto, o aumento mais expressivo da dívida pública brasileira ocorreu na década de estabilização da moeda e isto será tratado com maior profundidade à frente.

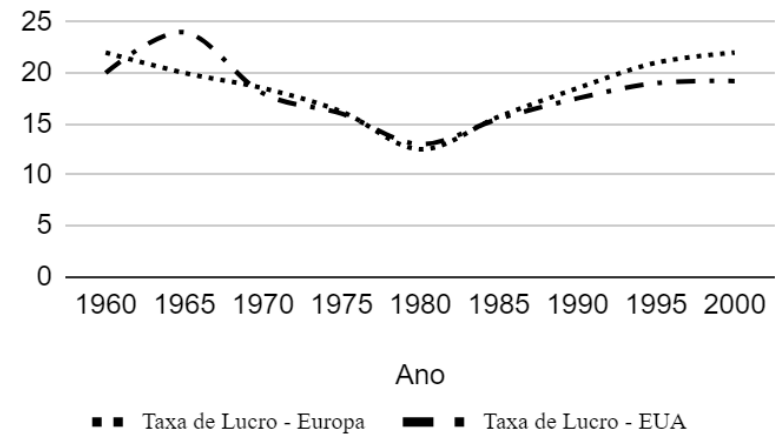
Ao mesmo tempo, os países centrais do capitalismo, dentre eles Alemanha Ocidental, França, Reino Unido e Estados Unidos, registravam uma vertiginosa queda na taxa de lucro entre 1965 e 1979, o que se inverteu a partir de 1980, por conta da adoção de práticas de liberalização dos mercados ao redor do globo.

---

[2] Em 1973, ocorreu o primeiro choque do petróleo, que consistiu na restrição de oferta da commodity pelos países do Oriente Médio e na consequente alta dos preços.

[3] Em 1979, ocorreu o segundo choque do petróleo, ocasionado, sobretudo, por conta da eclosão da revolução fundamentalista no Irã, um dos principais produtores do bem em questão.

Figura 1 - Taxa de Lucro (%) - Europa e Estados Unidos, Economia privada



Fonte: DUMÉNIL, Gerard. LÉVY, Dominique. O Neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. *In*: A FINANÇA MUNDIALIZADA, p. 90, 2005, Boitempo.

O choque de juros e do petróleo ocorrido em 1979, duramente sentido nas economias emergentes, refletiram ganhos expressivos das famílias, sociedades, fundos de pensão e mútuos norte-americanos, se comparados com as rendas das filiais estrangeiras, confirmando o caráter financeiro do lucro norte-americano da década de 1980, conforme revela Dominique Lévy e Gérard Duménil. Outro contribuição presente em seus estudos que vale a pena ser incorporado à análise é a vantagem dos rendimentos americanos no exterior sobre os rendimentos do exterior obtido dentro dos Estados Unidos. Tal rendimento se refere à relação entre os fluxos de rendas e o estoque de haveres (liquidez, crédito e ações). Para maiores detalhes a respeito do assunto, ver: *O Neoliberalismo sob a Hegemonia Norte-Americana*, publicado em 2005, no livro a *Finança Mundializada,* de François Chesnais.

O levantamento histórico realizado até aqui, constata uma simultaneidade entre a retomada no aumento das taxas de lucro no centro capitalista, com ênfase no protagonismo dos Estados Unidos, e uma escalada da instabilidade monetária na periferia do sistema capitalista, caracterizada por inflação, descontrole cambial e baixo crescimento.

É neste contexto que o ideário neoliberal ganha tração no Brasil. Os planos de estabilização da moeda, impostos por organismos como o FMI, eram todos voltados para a intensificação dos fluxos de capital e privatizações, dando espaço para o contorno da tendência de queda da taxa de lucro enfrentada pelos países imperialistas. Segundo Tatiana Brettas, por meio de um processo de transferência valor, os países do centro capitalista

reverteram a queda da taxa de lucro a partir da exportação de mais valia, via políticas liberalizantes, marcadas pela disciplina fiscal e ajuste nas contas internas, afinal a "explicação oficial para a crise centrava-se na irresponsabilidade dos governos que consumiam além das suas capacidades" (BRETTAS, 2020, p. 148). A crise fiscal do estado na América Latina se encontrou com a crise do modelo keynesiano, justificando a saída pela liberalização exacerbada dos mercados nos anos que se sucederam.

Procura-se, até aqui, destacar que a relação de dependência estabelecida na conjuntura capitalista, reforçada após a adoção das taxas de câmbio flutuantes, provocaram uma irremediável vulnerabilidade nas economias latino-americanas. Especificamente no Brasil, pelo fato de ter sido combinada à uma má condução da política fiscal ao longo da década de 1970, a hiperinflação persistiu e só foi superada após a implementação de abordagens heterodoxas na política econômica interna.

4 O APROFUNDAMENTO DO PROCESSO DE FINANCEIRIZAÇÃO DURANTE O PLANO REAL

O único plano econômico bem-sucedido na tentativa de estabilizar a moeda brasileira trouxe consigo uma série de medidas liberalizantes, compostas por austeridade fiscal, privatizações, desregulamentações e abertura externa. Conforme aponta Tatiana Brettas, o gasto público foi responsabilizado pela instabilidade monetária no Brasil ao longo dos anos 1980, justificando o desmonte do patrimônio público ocorrido ao longo da implementação do Plano Collor e do Plano Real (2020, p. 165). É importante destacar que a década de 1990 foi marcada pela terceira fase da mundialização financeira, caracterizada pela abertura do mercado acionário e a distribuição de dividendos, pela multiplicação exponencial dos derivativos e a incorporação dos mercados da periferia no processo de financeirização. Estes, que se encontravam pressionados pelo endividamento e pelas desregulamentações ao redor do mundo, acabaram coagidos pelo FMI e pelos EUA a se inserir no processo de mundialização, por meio da execução de práticas medidas liberalizantes alinhadas aos interesses externos (LAPYDA, 2021, p.225). Neste capítulo, serão discutidos os efeitos do controle da inflação e a política econômica liberal que compôs o Plano Real, entendendo-o como propulsor da financeirização brasileira.

Com a estabilização da moeda, as receitas inflacionárias dos bancos caíram vertiginosamente. Se entre 1990 e 1993, tais receitas correspondiam a 4% do PIB, em 1994 diminuíram para 2% do PIB e se tornaram irrisórias em 1995 (BRAGA; PRATES, 1998, p. 36). Essa crise instalada no sistema bancário eliminou grande parte dos participantes de menor porte e fortaleceu os de maior porte, concentrando este mercado. Segundo Reinaldo Gonçalves, em 1994, haviam 230 bancos e em 1998, este número caiu para 179 bancos e os cinquenta maiores deste grupo, eram responsáveis por controlar 98% de toda a atividade bancária brasileira (GONÇALVES, 1999, p. 162-166).

Simultaneamente, foi registrado um aumento expressivo das importações em função do barateamento do dólar, que se mantinha a um preço baixo em função das altas taxas de juros e da adoção de bandas cambiais. Costumeiramente, este capital em dólar era de caráter especulativo e portanto, elástico aos choques externos, no entanto mesmo assim não deixou de ser o sustentáculo da política cambial em seus primeiros anos. Outros fatores que estimulavam a entrada de dólares no Brasil eram o risco-retorno oferecido pelo mercado de

capitais interno e também a concessão de empresas públicas a compradores estrangeiros (LESBAUPIN, MINEIRO, 2002, p. 14).

Contudo, a crise mexicana (dezembro de 1994), asiática (junho de 1997) e russa (agosto de 1998), culminaram no descrédito nas economias emergentes e na consequente fuga em massa de capitais do Brasil, o que corroeu as reservas internacionais e revelou novamente a dependência da moeda americana para o fechamento das contas internas. Para recuperar a entrada de divisas, novos aumentos na taxa de juros foram realizados, conduzindo a uma brutal expansão do endividamento, que foi multiplicado por dez entre 1994 e 2001, conforme ilustra a Tabela 3. No entanto, em 1998 o modelo de bandas cambiais se esgota, conduzindo a uma articulação de um novo acordo entre Brasil, Fundo Monetário Internacional e outras agências multilaterais, concedendo um aporte de 41 bilhões de dólares ao país, na tentativa de impedir o ataque à moeda nacional.

Tabela 3 - Indicadores selecionados - Setor Público (1994 - 2001)

	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Dívida Pública Federal (dívida mobiliária interna em poder do público, em bilhões de reais)	61,8	108,5	176,2	255,5	323,9	414,9	510,7	624,1
Resultado Primário (em percentual do PIB)	5,3	0,4	-0,1	-1,0	0,00	3,2	3,5	3,7
Carga tributária bruta (em percentual do PIB)	27,9	28,4	28,6	28,6	29,3	31,6	32,3	34,4

Fonte: LESBAUPIN, MINEIRO, 2002, p. 17, construída com base nos dados do Banco Central do Brasil e da Receita Federal do Brasil.

O desempenho positivo do resultado primário a partir de 1998 constrói a impressão errônea de saúde nas contas públicas brasileiras. No entanto, ao analisar o desempenho da

Dívida Pública Federal, que não é contabilizada no resultado primário, pode-se concluir que o desequilíbrio fiscal é evidente ao longo da gestão FHC, do ponto de vista do tamanho das despesas financeiras.

Emergiu deste contexto o argumento de que a dívida pública deveria ser abatida por meio da privatização de empresas estatais, as quais foram amplamente difundidas como ineficientes, obsoletas e dispendiosas. No entanto, estas privatizações pouco serviram para reduzir a dívida, pois mesmo com a concessão de empresas do setor energético e das telecomunicações, não se observou uma queda no montante das despesas financeiras federais, pelo contrário, sua escalada é inconteste conforme reitera a Tabela 3.

Como consequência, o setor de energia pós privatização, na contramão das expectativas liberais, dobrou, em termos reais, o custo das tarifas residenciais entre 1991 e 2000, enquanto as tarifas industriais e comerciais subiram apenas 50%. No que tange ao setor das telecomunicações, a privatização da Telebrás culminou no aumento de 300% no custo do minuto de ligação, fazendo o lucro da empresa aumentar vertiginosamente, elitizando assim o acesso ao serviço de telefonia, pois impossibilitou os assinantes de baixa renda a manterem suas linhas ativas (LESBAUPIN, MINEIRO, p. 32-35).

É evidente que a política de privatizações não produziu consequências positivas aos consumidores e nem à dívida pública. Não obstante, os piores desdobramentos da política neoliberal embutida ao Plano Real foram sentidos nas políticas sociais em função da austeridade fiscal perseguida pela equipe econômica do governo FHC. Tratou-se de um verdadeiro desmonte da nação, nas palavras de Ivo Lesbaupin e Adhemar Mineiro, no estudo de mesmo nome, publicado em 2002 pela Editora Vozes.

Tabela 4 - Percentual da despesa social em relação ao orçamento liquidado total

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Saúde e Saneamento	4,8%	4,5%	4,3%	3%	4%	3,3%	3,9%
Educação e Cultura	3%	2,8%	2,5%	2,7%	3,4%	1,8%	2%
Habitação e urbanização	0,03%	0,1%	0,1%	0,02%	0,07%	0,14%	0,14%

Assistência e Previdência social	17,15%	19,2%	17%	14,1%	18,8%	16%	18,7%

Fonte: LESBAUPIN, MINEIRO, 2002, p.39, construída com base nos dados do SIAFI/STN/COFF-CD e PRODASEN.

Este é o resultado consolidado das políticas neoliberais adotadas ao longo dos anos 1990: explosão da dívida pública interna e o escoamento dos recursos públicos para o custeio de juros e amortizações financeiras; abertura excessiva ao exterior, expondo o país a choques externos, concessão de empresas estatais pertencentes a setores estratégicos da economia, que ao contrário do que foi propagandeado, não foram capazes de promover uma redução nos custos de telefonia e energia elétrica; subfinanciamento de políticas públicas nas esferas da saúde, saneamento, educação, cultura e habitação, tal como revela a Tabela 4. Nela, observa-se que a despesa destinada ao custeio de Saúde e Saneamento e Educação e Cultura, apresentou queda de um por cento entre 1995 e 2001. Trata-se de uma queda significativa uma vez que a verba destinada à Saúde Saneamento é inferior a 5% do orçamento em todo o período observado. Na área de Educação, o percentual não atinge 4%.

Depreende-se, dessa forma, que a implementação de uma política econômica alinhada às demandas de mercado provocam necessariamente o estrangulamento de serviços públicos fundamentais para o desenvolvimento, além de fomentar a desindustrialização e a geração de empregos em função de uma política monetária contracionista, marcada pelas altas taxas de juros observadas na década de 1990.

5 O ORÇAMENTO APÓS 1990 E O ESTRANGULAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Foi constatado na seção anterior a existência de uma relação inversa entre a trajetória da dívida pública e o investimento em políticas públicas entre 1995 e 2001. Fazendo uso dos indicadores abaixo, nota-se que o curso da financeirização brasileira se mostra cada vez mais vinculado à apropriação do orçamento público para a perpetuação de lucros de caráter rentista, por investidores internos e externos, conforme aponta a Tabela 5.

Tabela 5 - Renda de Juros recebida, paga e apropriada pelo setor bancário-financeiro brasileiro em % PIB

Ano	(A) Total Recebida = (B) + (C)	(B) Recebida do setor privado (familias e empresas não financeiras)	(C) Recebida do governo geral	(D) Total paga às elites rentistas, detentores de capital e resto do mundo	E) Total apropriada
1995	28,72	23,62	5,1	23,07	5,65
1996	21,51	17,6	3,91	16,75	4,76
1997	19,87	16,38	3,49	15,31	4,56
1998	23,26	17,88	5,38	18,67	4,59
1999	42,37	33,43	8,94	38,14	4,23
2000	18,64	13,26	5,38	15,04	3,6
2001	29,87	24,36	5,51	25,31	4,56
2002	34,96	29,18	5,78	29,91	5,05
2003	29,66	20,87	8,8	23,99	5,67
2004	30,3	24,39	5,91	23,17	7,13
2005	32,71	25,85	6,86	30,23	2,48
2006	34,83	27,74	7,09	31,66	3,17
2007	33,46	27,38	6,09	30,48	2,98
2008	28,6	22,96	5,64	25,69	2,91
2009	24,77	19,7	5,08	22,08	2,69
2010	24,52	19,93	4,6	21,86	2,66
2011	22,6	17,5	5,1	20,23	2,37
2012	20,56	16,26	4,3	18,75	1,81
2013	19,92	15,67	4,24	17,72	2,2
2014	21,05	17,07	3,98	19,1	1,95

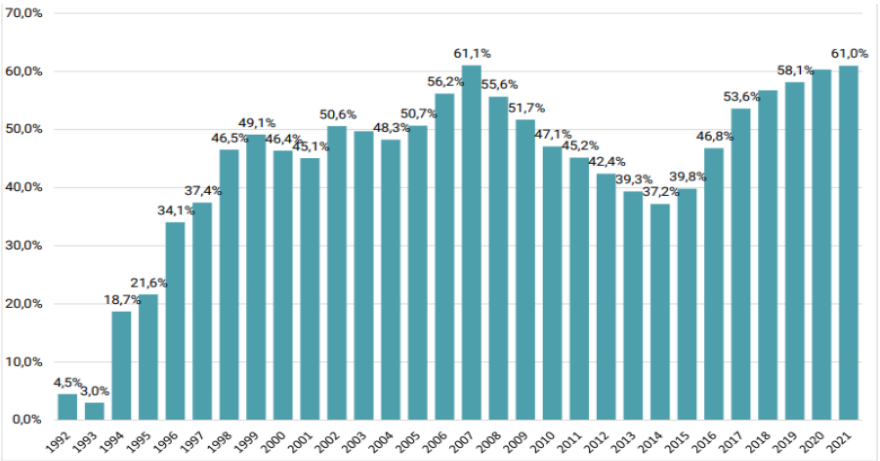
2015	25,31	18,32	6,99	22,01	3,3
2016	25,58	19,85	5,73	23,54	2,04
2017	21,03	15,36	5,66	18,73	2,3
2018	16,57	11,65	4,93	14,08	2,49
2019	16,56	12,08	4,48	14,07	2,49
2020	17,95	13,16	4,79	15,25	2,7
Média	25,58	20,06	5,53	22,11	3,47

Fonte: BRUNO, 2021, p. 52-53, realizado com base nos dados do BCB e IBGE.

Depreende-se a partir dos números acima que a financeirização brasileira possui um forte caráter usurário, uma vez que o fluxo de juros pagos às elites rentistas atinge a média de 22,11% entre 1995 e 2020. Dessa forma, é possível concluir que o Estado brasileiro atua como um oásis de acumulação de capital para um grupo minoritário de altíssima renda, ao passo que penaliza as classes médias e baixas com o estrangulamento do orçamento destinado à execução políticas públicas, bem como com a promoção de reformas ultraliberais que reforçam este quadro (BRUNO, 2021, p. 53).

Outro fator que endossa a importância do Estado para o atual padrão de acumulação capitalista é a participação do estoque da dívida pública interna no total de ativos mobiliários negociados no Brasil, conforme aponta a Figura 2. Isso ocorre porque os títulos públicos conferem maior segurança, liquidez e rentabilidade aos seus compradores diretos, ao contrário do risco contido em títulos privados que estão sujeitos à inadimplência das famílias e firmas (BRUNO, 2021, p. 54).

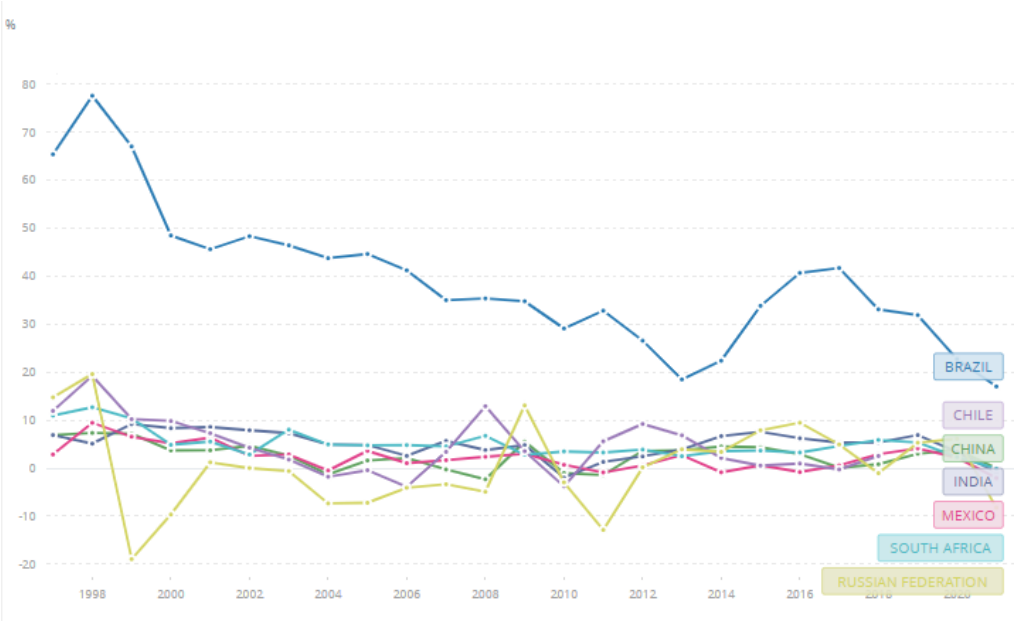
Figura 2 - O estoque da dívida pública interna/Estoque total de ativos não monetários.



Fonte: BRUNO, 2021, p. 54, realizado com base nos dados do BCB e IBGE.

A Figura 3, por sua vez, compara a taxa média de juros do Brasil com a dos demais países em desenvolvimento, mais precisamente, aqueles que compõem o bloco BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), bem como Chile e México. A taxa média de juros brasileira destoa consideravelmente de seus similares, reforçando a particularidade existente no uso deste instrumento de política monetária que aguça a retração da atividade econômica à medida em que promove o enriquecimento rentista.

Figura 3 - Taxa de juros reais: BRICS, Chile e México (1997 - 2020)



Fonte: Banco Mundial, disponível em: https://data.worldbank.org/.

É importante destacar que os títulos públicos são indexados à Taxa Selic e a sua manutenção em altos níveis resultam necessariamente em maiores despesas com encargos da dívida pública e portanto, maior comprometimento do orçamento destinado à esfera social. Igualmente, por se tratar da taxa básica de juros, isto é, a referência para o custo do capital privado a ser concedido às empresas e famílias, sua permanência acima da média culmina em inadimplência e baixo investimento produtivo, provocando assim um duplo efeito negativo sobre a atividade econômica. Esta taxa tem sido largamente utilizada como âncora cambial, cujo objetivo central é atrair capital externo de curto prazo para controle da inflação. No entanto, as consequências tangíveis desta estratégia é o uso do endividamento público e privado como vetores da acumulação rentista-patrimonial, à revelia dos efeitos negativos sobre a economia brasileira (MIGUEL, 2021, p. 61). Ao considerar os dados apresentados

concomitantemente aos conceitos trazidos pelos estudiosos do tema, é possível dizer que "vivemos, desde o início dos anos 1990, sob a hegemonia do capital financeiro, sobretudo dos grupos associados ao setor bancário-financeiro (...) tratando-se de um regime de dominância financeira fortemente intermediado pelas finanças públicas nacionais" (PAULANI, 2021, p. 101).

Estas condições impõem uma reflexão sobre o papel do Estado no capitalismo contemporâneo. Este, se encontra emparedado por interesses das altas classes servindo, sobretudo, como uma máquina essencialmente capitalista (ENGELS *apud* PAULANI, 2021, p. 86). Logo, se acrescentarmos os estudos de David Harvey a esta interpretação, é possível concluir que a circunstância para a existência e sobrevivência do padrão de acumulação capitalista é a existência de um estado burguês, que garante legalmente as instituições de mercado, as regras contratuais, regula os conflitos de classe e atende às reivindicações do grande capital (HARVEY, 2004, p. 79).

Como complemento fundamental à análise, o presente trabalho lançará luz sobre a privatização e financeirização de dois setores garantidos constitucionalmente a todo cidadão brasileiro: saúde e educação. Destaca-se que o subfinanciamento do Estado, em função da expansão constante da dívida pública, abre espaço para a atuação de conglomerados financeiros nesta área, cujas ações são negociadas em ambiente de Bolsa de Valores. A Tabela 6 reúne as principais empresas listadas do setor de saúde (planos de saúde, hospitais, farmácias, laboratórios e análises clínicas). Estas empresas possuem valor de mercado conjunto de R$ 351,1 bilhões e ativos de R$ 144,6 bilhões, o que demonstra a capacidade de aquisição de concorrentes e a iminente formação de monopólios no setor (FILHO, 2021, p. 399).

Tabela 6 - Maiores empresas de saúde listadas na bolsa

Empresa	Valor de Mercado	Ativos	Patrimônio Líquido	Receita Operacional Líquida
Rede D Or ON	136.089.417,00	49.243.455,00	15.868.187,00	17.914.474,00
Hapvida ON	59.327.379,00	17.305.814,00	10.661.787,00	9.125.471,00
Intermedica ON	52.226.347,00	17.460.102,00	7.201.059,00	11.609.684,00
RaiaDrogasil PNA	40.775.445,00	14.018.263,00	4.665.461,00	22.135.510,00
Hypera ON	21.785.956,00	18.554.968,00	9.589.328,00	4.901.586,00
Qualicorp ON	8.207.725,00	4.430.221,00	1.689.505,00	2.079.887,00
Fleury ON	8.200.851,00	5.319.636,00	1.757.007,00	3.628.612,00

Odontoprev ON	6.822.322,00	2.020.126,00	1.087.065,00	1.783.325,00
Mater Dei ON	5.957.858,00	2.449.311,00	1.485.343,00	-
Pague Menos ON	4.982.698,00	5.696.302,00	2.043.751,00	7.284.181,00
Dimed ON	3.212.349,00	2.141.926,00	1.024.745,00	3.031.688,00
Ihpardini ON	2.663.640,00	2.068.472,00	817.431,00	1.926.760,00
Profarma ON	826.398,00	3.944.597,00	1.088.960,00	5.890.895,00
Total	351.078.385,00	144.653.193,00	58.979.629,00	91.312.073,00

Fonte: FILHO, 2021, p. 399, com base nos dados da Economática.

Comparativamente, temos que as receitas das empresas deste setor correspondem a 79,9% e 60,7% em 2019 e 2020 dos valores pagos pelo governo à categoria saúde, o que demonstra a significativa ocupação da iniciativa privada nesta área. Ressalta-se que o lucro registrado pelas empresas listadas em Bolsa são, em grande parte, direcionados aos seus acionistas majoritários, o que reforça a concentração da renda obtida em função do subfinanciamento constante do Estado (FILHO, 2021, p. 399).

Tabela 7 - Orçamento Federal para a função saúde

Ano	Projeto de Lei	Empenhado	Liquidado	Pago
2019	114303393148	125.990.834.983	115.765.610.412	114.183.505.319
2020	115599849841	164.687.976.201	152.857.679.807	150.462.970.240

Fonte: FILHO, 2021, p. 400, com base nos dados do Painel do Orçamento Federal.

Um cenário semelhante se observa no setor educacional. No entanto, não se pode perder de vista que as políticas públicas implementadas pelo Governo Luís Inácio Lula da Silva como o ProUni e o FIES, embora sejam inegáveis facilitadores às camadas mais pobres para o ingresso à universidade, também constituem fator fundamental para a lucratividade dessas empresas educacionais, que se fortaleceram ao longo da implementação desses programas. (FILHO, 2021, p. 401).

Tabela 8 - Maiores empresas de educação listadas na bolsa

Empresa	Receita em 2021	Lucro Líquido 2021	Ativo Total 2021	Patrimônio Líquido 2021
Cogna	4.478.057,00	-512.985,00	28.512.853,00	13.770.664,00
Yduqs	4.391.378,00	158.171,00	9.897.795,00	3.241.584,00

Anima	2.650.805,00	-81.328,00	9.882.678,00	2.412.361,00
Editora e Distribuidora Educacional	1.950.082,00	-43.964,00	7.538.969,00	2.719.894,00
Cruzeiro do Sul	1.820.615,00	82.955,00	4.776.017,00	1.453.788,00
Afya	1.719.371,00	242.283,00	6.447.406,00	3.000.018,00
Ser Educacional	1.407.358,00	52.483,00	3.092.589,00	1.463.077,00
Somos Educação	947.419,00	-109.326,00	7.351.541,00	4.683.341,00

Fonte: B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (elaboração própria).

A receita operacional líquida destas empresas de Educação Superior somam R$ 13,8 bilhões, o que corresponde a expressivos 47,3% dos R$ 29,1 bilhões pagos pelo Governo na subfunção Ensino Superior (Tabela 9), o que registra novamente a presença massiva da iniciativa privada num setor esvaziado pelo Estado (FILHO, 2021, p. 401).

Tabela 9 - Orçamento federal para a subfunção educação superior

Ano	Projeto de Lei	Empenhado	Liquidado	Pago
2019	33805944112	35.012.306.609	32.552.662.459	30.425.250.189
2020	33259093318	33.922.260.965	31.175.120.458	29.118.595.361

Fonte: FILHO, 2021, p. 402, com base nos dados do Painel do Orçamento Federal.

Em contrapartida, os demais países emergentes, bem como os países desenvolvidos, registram investimentos públicos per capita em ambos os setores muito superiores àqueles empenhados pela federação brasileira. Os números presentes pelas Tabelas 10 e 11 demonstram que o Brasil, levando em consideração o seu tamanho e sua capacidade de financiamento, deixa a desejar no âmbito do investimento público em áreas que são fundamentais para o desenvolvimento na nação, segundo os critérios do Índice de Desenvolvimento Humano (FILHO, 2021, p. 392-393).

Tabela 10 - Gastos per capita em educação - US$ correntes

	2014	2015	2016	2017	2018
América Latina					
Argentina	661,32	796,47	709,28	798,2	
Bolívia					

Brasil	720,51	550,09	549,96	627,54	
Chile	694,08	661,78	734,72	734,72	812,88
Colômbia	375,65	276,09	262,85	289,22	299,41
Equador	335,5	306,14			
Paraguai			182,9		
Peru	246,63	247,25	236,61	263,81	258,43
México	576,93	503,45	429,31	420,07	
Uruguai			732,29	838,44	872,12
Venezuela					
BRICS e grandes emergentes					
África do Sul		341,57	313,36	374,88	392,58
China					
Coreia do Sul			1269,12		
Egito					
Índia					
Rússia	565,78	357,06	327,34	502,77	
Turquia					
Países desenvolvidos					
Alemanha	2369,04	1986,54	2038,1	2185,37	
Australia	3228,54	3014,45	2636,87	2768,53	
Estados Unidos	2732,17				
França					
Grécia					
Itália	1442,5	1231,47	1180,59	1310,83	
Reino Unido	2655,36	2498,87	2228,43	2196,5	

Fonte: FILHO, 2021, p. 392, com base nos dados do Banco Mundial.

Tabela 11 - Gastos per capita em saúde - US$ correntes

	2014	2015	2016	2017	2018
América Latina					
Argentina	841,49	1021,71	716,47	966,73	692,62
Bolívia	113,8	130,74	136,28	149,04	159,13
Brasil	448,04	335,49	344,28	391,7	353,54
Chile	546,77	541,16	581,74	685,52	740,01
Colômbia	410,5	329,11	310,95	347,85	365,5
Equador	283,69	259,75	256,74	271,01	268,42

Paraguai	193,44	170,89	167,62	171,88	175,21
Peru	203,39	195,65	199,89	215,52	231,1
México	327,45	295,61	257,14	263,78	260,17
Uruguai	1005,59	962,12	1014,14	1152,57	1160,21
Venezuela	240,93	300,48	238,95	314	122,94
BRICS e grandes emergentes					
África do Sul	273,82	251,7	229,7	266,67	284,28
China	209,89	234,77	229,71	247,81	282,68
Coreia do Sul	1088,55	1100,48	1170,25	1308,08	1486,45
Egito	49,41	57,31	47,38	35,3	36,07
Índia	13,51	15,11	16,26	18,81	19,63
Rússia	255,77	292,45	264,76	330,93	362,1
Turquia	408,08	354,03	366,16	343,96	301,69
Países desenvolvidos					
Alemanha	4085,03	3556,99	3663,7	3926,52	4251,03
Australia	3774,33	3315,09	3410,27	3654,97	3747,03
Estados Unidos	4530,34	4811,91	4977,19	5130,77	5355,79
França	3526,99	3046,71	3099,93	3243,37	3441,17
Grécia	971,68	825,65	775,68	784,7	813,74
Itália	2379,11	1991,65	2008,63	2071,76	2208,52
Reino Unido	3794,27	3584,39	3268,36	3162,26	3392,09

Fonte: FILHO, 2021, p. 393, com base nos dados do Banco Mundial.

Fica evidente a partir dos números acima que o alto volume dos gastos públicos é presente, sobretudo, nos países centrais, o que confere importância fundamental do Estado na garantia das condições fundamentais para o desenvolvimento da sociedade. O contexto brasileiro vai na contramão dessa concepção, uma vez que se observa um orçamento estrangulado pelos encargos da dívida pública, bem como por políticas de austeridade fiscal que restringem ainda mais os recursos para o fomento da saúde e da educação. Este cenário abriu espaço para grandes empresas de ambos os setores lucrarem expressivamente com as lacunas deixadas pelo Estado subfinanciado e adicionalmente, não se pode perder de vista que este sofre sucessivas acusações de ser excessivamente inchado, no entanto, este argumento por vezes não leva em consideração o tamanho da dívida pública, que é maior responsável pela escassez de recursos e pela concentração de renda no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa permite concluir que os interesses dos principais agentes do mercado financeiro absorveram as possibilidades de expansão do gasto público, pois a maioria dos títulos negociados no mercado são emitidos pelo Estado e qualquer política pública que contrarie medidas de austeridade fiscal, poderão desembocar numa fuga de dólares e aumento da inflação. É possível interpretar também que o Brasil pagou juros reais muito superiores à média dos seus semelhantes, ao passo em que, comparativamente, não reserva montantes significativos para a manutenção de sistemas de saúde e educação de qualidade. Outra conclusão cabível ao trabalho é a importância do Estado para a manutenção do capitalismo financeirizado, não apenas do Brasil, mas ao redor do globo, uma vez que este fornece a segurança almejada pelos detentores de títulos que não desejam se submeter ao risco de crédito imanente às instituições financeiras.

Destaca-se novamente a importância da compreensão do fenômeno para se enfrentar com acurácia os reais problemas que assolam a nação brasileira. As privatizações, as desregulamentações e liberalizações observadas ao longo dos anos 1990, formaram as bases para intensificação dos fluxos financeiros no Brasil, sobretudo de cunho especulativo, sendo refletidas na multiplicação da dívida pública deste período, a qual nunca retornou ao tamanho anterior. Trata-se, portanto, de um processo de transferência de renda pública para a iniciativa privada por meio do próprio Estado, cuja função constitucional é zelar pelo bem de todos os cidadãos e não da minoria detentora da riqueza produzida.

REFERÊNCIAS

BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, Neoliberalismo e Financeirização das Políticas Público no Brasil. Consequência, 2020.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou Crise Fiscal? *In*: Pesquisa e Planejamento Econômico, 1991.

BRUNHOFF, Suzanne. A HORA DO MERCADO: CRÍTICA DO LIBERALISMO. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização e efeitos econômicos e políticos. *In*: A FINANÇA MUNDIALIZADA. Boitempo, 2005.

DUMÉNIL, Gerard. LÉVY, Dominique. O Neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. *In*: A FINANÇA MUNDIALIZADA, 2005, Boitempo.

FILHO, Luiz Alberto Marques Vieira. O subfinanciamento do Estado brasileiro e os processos de privatização e financeirização dos serviços públicos. *In*: DOMINÂNCIA FINANCEIRA E PRIVATIZAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL. Fonacate, 2022.

FINANCE, *In*: ONLINE ETYMOLOGY DICTIONARY. Pennsylvania: Harper Family LLC, 2022. Disponível em: <https://www.etymonline.com/word/finance#etymonline_v_5950>. Acesso em: 09/10/2022.

GONÇALVES, Reinaldo. Globalização e desnacionalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

LACERDA, Antônio Corrêa de. ECONOMIA BRASILEIRA. Saraiva, 2018.

LAPYDA, Illan. Os principais agentes privados da financeirização no Brasil do século XXI. *In*: DOMINÂNCIA FINANCEIRA E PRIVATIZAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL. Fonacate, 2022.

MARX, Karl. O Capital, Livro III. Boitempo, 2017.

MIGUEL, Bruno. A Financeirização como limite estrutural ao desenvolvimento brasileiro: fundamentos teóricos, indicadores e prognósticos. *In*: DOMINÂNCIA FINANCEIRA E PRIVATIZAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL. Fonacate, 2022.

LESBAUPIN, Ivo. MINEIRO, Adhemar. O desmonte da nação em dados, Vozes, 2002.

LÊNIN, Vladmir Ilich. Imperialismo, etapa superior do capitalismo. Boitempo, 2021.

PAULANI, Leda. Recursos Públicos para o Enriquecimento Privado: uma reflexão sobre o papel do Estado no atual padrão de acumulação (e o Brasil como paradigma). *In*: DOMINÂNCIA FINANCEIRA E PRIVATIZAÇÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS NO BRASIL. Fonacate, 2022.

POCHMANN, Márcio. Economia global e a nova divisão internacional do trabalho. 2011. Disponível em: <http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF>. Acesso em 17/10/2022.

SILVA, Bruno Humberto Alves da. Capital financeiro enquanto forma do capital: uma hipótese preliminar da leitura do conceito na obra de Hilferding. *In*: XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas.

SOTO, Olga Pérez. MELLO, Gustavo Moura de Cavalcanti. O capital portador de juros em Marx. *In*: INTRODUÇÃO À CRÍTICA À FINANCEIRIZAÇÃO: MARX E O MODERNO SISTEMA DE CRÉDITO, Expressão Popular, 2021.

SOARES, Paulo de Tarso Presgrave Leite. LENIN E A FASE MONOPOLISTA/IMPERIALISTA DO CAPITALISMO. *In*: Revista Fim do Mundo. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RFM/article/download/12905/8438/43412>

VITALI, Stephania., GLATTFELDER, James B., BATTISTON, Steffano, 2011, p. 31. The network of global corporate control. Disponível em: https://arxiv.org/abs/1107.5728